A ECONOMIA E A POLÍTICA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

DAQUI A poucos meses, o Brasil vivenciará mais um processo eleitoral, em que serão definidos os principais cargos dos poderes Executivo e Legislativo em âmbito federal e estadual. Em breve, serão conhecidos os nomes que comandarão o País pelos próximos quatro anos: presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais.

O novo ciclo que se iniciará no Brasil a partir do início do ano que vem será um dos mais desafiadores desde o processo de redemocratização, sendo comparável ao da consolidação da estabilização da inflação em patamar baixo no governo Fernando Henrique, iniciado em 1995.

De fato, o grande fator de incerteza após a eleição de 1994 ocorreu em 2002, em que a candidatura de Lula embutia um considerável grau de dúvida quanto à manutenção dos pilares da estabilização: responsabilidade fiscal, política monetária focada em manter a inflação baixa e regime de taxa de câmbio flutuante. A realidade dos fatos mostrou que o primeiro mandato do presidente Lula manteve esses parâmetros intocados. No entanto, a partir do seu segundo mandato, estes pilares foram gradativamente erodidos, particularmente o fiscal.

A transição do governo Lula para o governo Dilma Rousseff, a partir de 2010, ocorreu sem maiores sobressaltos, apesar dos sinais presentes de uma progressiva deterioração fiscal em curso naquele período. A abundância de capitais externos, em face das baixíssimas taxas de juros praticadas pelos países desenvolvidos, e os elevados preços internacionais das *commodities* levaram a uma expressiva oferta de dólares no mercado cambial brasileiro, o que acarretou uma forte apreciação da moeda brasileira. Com isso, o País experimentava não apenas a ausência de qualquer risco maior nas contas externas, como também menores pressões inflacionárias por conta da apreciação do real frente às demais moedas. Tal fenômeno contribuiu para o contínuo processo de expansão do crédito verificado desde 2005, que se materializou em um aumento do consumo das famílias.

O governo Dilma Rousseff aprofundou o processo de desalinhamento dos fundamentos econômicos em relação aos princípios de uma gestão de política econômica orientada para a estabilização econômica. Os princípios da "Nova Matriz Econômica" – que postulava a necessidade de resultados fiscais menos expressivos, uma taxa de juros mais orientada para estimular os negócios (ou seja, menos focada para o controle da inflação) e uma taxa de câmbio mais competitiva – representavam bem a lógica de um governo que foi pautado por uma experimentação na área econômica. Nesse sentido, as orientações de política econômica daquele período careciam de qualquer base sustentável no âmbito da Ciência Econômica.

O resultado desse período experimental inconsequente foi um profundo desajuste na economia brasileira, caracterizado por déficits fiscais elevadíssimos e insustentáveis, inflação alta e excesso de endividamento dos agentes privados (famílias e empresas).

A tentativa de inversão na área econômica, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, se mostrou insustentável ante um governo que foi reeleito com o compromisso de não mudar o que havia praticado nos quatro anos anteriores e que iria solucionar os problemas que surgiam na área econômica brevemente.

No entanto, os equívocos praticados nos anos anteriores cobraram seu preço de forma dura para o País. Além da inflação alta e do profundo desajuste fiscal, os estímulos excessivos ao crédito levaram a um altíssimo grau de endividamento das famílias, que passaram a não ter mais espaço no orçamento para ampliar seu consumo. Como resultado disso, o País enfrentou, nos últimos anos, a pior recessão verificada desde a Segunda Guerra Mundial.

Isso significa que a herança que o próximo presidente receberá no campo econômico, em 2019, não será das melhores: uma economia claudicante, com poucos sinais de retomada da demanda, baixos níveis de investimento produtivo e um profundo desajuste das contas públicas.

O próximo presidente terá pouco tempo de trégua antes de ser cobrado pela população acerca de uma solução efetiva para os problemas econômicos. Para o seu sucesso, contarão muito a sua capacidade de articulação junto ao Legislativo e a sua capacidade de promover reformas, particularmente aquelas que sinalizem para uma melhora no campo fiscal no longo prazo. ■



TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL